



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Revisão do Estatuto da Carreira Docente

2.º Tema | Habilitação para a docência, Recrutamento e Admissão

Reunião de 2 de março de 2026

Declaração para a ata

A FENPROF, no seguimento do questionamento e da confirmação de que o MECI/governo tinha excluído da reunião deste dia uma organização sindical pelo facto de ter promovido um plenário de professores, junto às instalações do MECI, deixa registado o veemente protesto por este comportamento da tutela, considerando-o desrespeitador dos princípios da negociação coletiva e do direito constitucional de manifestação.

Não compete ao governo decidir quando, onde, nem como, uma organização sindical promove um plenário. Respeitados os preceitos legais, a convocação, a ordem de trabalhos, a organização e a forma como decorre o mesmo são da exclusiva responsabilidade da organização sindical promotora e dos participantes, que até podem incluir trabalhadores associados de outras organizações ou sem qualquer filiação sindical.

A negociação coletiva não é uma benesse que o MECI/governo concede às organizações sindicais ou à qual recorre quando entende, mas sim um processo previsto no Código do Trabalho e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, promovido entre sindicatos e entidades patronais, partes com a mesma dignidade perante a lei. A negociação coletiva é uma dimensão constitutiva da democracia e os governos têm a obrigação política de se conduzirem de acordo com a lei e não em função de táticas conjunturais e estados de alma ou preconceitos dos seus membros.

Para um processo negocial que se quer de valorização do ECD, como o próprio MECI/governo anuncia, este inaceitável comportamento da tutela não abona a favor dum resultado positivo. Por razões de ordem legal e constitucional, por razões de ordem democrática, por razões de relacionamento institucional e de respeito para com os professores e educadores que são representados pelos seus sindicatos, o sucedido deveria merecer a ponderação do MECI/governo, no sentido de garantir que não volta a acontecer.

Lisboa, 06 de março de 2026

O Secretariado Nacional da FENPROF